

# DEFINIÇÃO, ESTIMATIVA E DIVULGAÇÃO DE ESTATÍSTICAS SOBRE FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS EM ÁFRICA

**Conferência de Encerramento das Actividades Piloto de Medição  
de Fluxos financeiros ilícitos (FFIs) em África**

**15 - 17 de Junho de 2022**

**Centro de Conferência das Nações Unidas, Adis Abeba, Etiópia**



## Relatório de Reunião

## Introdução

Os fluxos financeiros ilícitos (FFIs) são um desafio de desenvolvimento que a África enfrenta. Os FFIs privam os países dos recursos financeiros necessários para financiar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para além das implicações financeiras, os FFIs são prejudiciais à boa governação, eficácia institucional, e ao Estado de direito. A situação é particularmente precária na indústria extractiva, comprometendo as oportunidades de desenvolvimento da África dependente dos produtos de base. Estima-se que a África perde recursos substanciais através de saídas financeiras ilícitas, principalmente através de facturação comercial incorrecta, bem como através de outras actividades ilegais.

O nível e escala exactos dos FFIs é difícil de determinar devido à ausência de dados claros e visto que estes fluxos estão largamente escondidos. A capacidade de identificar e monitorar os FFIs continua a ser uma lacuna crítica para os países em África, o que dificulta os esforços necessários para travar estas saídas. Requer que os países gerem as suas estimativas/estatísticas nacionais sobre a extensão destes fluxos para informar as intervenções políticas correctas. A importância de medir e quantificar o valor total dos FFIs ganhou atenção internacional, resultando numa área prioritária para a realização da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, conforme reflectido no objectivo 16.4: *“Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilícitos financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de bens roubados e combater todas as formas de crime organizado”*. Para medir os progressos no sentido de alcançar este objectivo, Indicador 16.4.1: *“Valor total dos fluxos financeiros ilícitos internos e externos (em dólares americanos correntes)”* foi adoptado.

## Antecedentes

O Relatório do Painel de Alto Nível (PAN) sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs) de África, presidido pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, aprovado pela Comissão da União Africana (CUA) em 2015, continha 21 recomendações; as duas específicas eram: i) estudar potenciais metodologias para abordar os FFIs; e ii) a ECA deve produzir medidas operacionais contra os FFIs. Em conformidade com estas recomendações, a ECA, juntamente com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e com a cooperação do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), inaugurou em 2018 um novo projecto de Conta de Desenvolvimento (CD) intitulado *“Definição, estimativa e divulgação de estatísticas sobre fluxos financeiros ilícitos em África”*. O projecto visava consolidar as directrizes metodológicas existentes e testar novas directrizes metodológicas para a medição do indicador 16.4.1, bem como reforçar a capacidade estatística dos países através da prestação de assistência técnica e orientação aos países pioneiros.

A compilação do indicador 16.4.1 dos ODS é uma actividade técnica e estatística que deve ser realizada de forma independente, em conformidade com os princípios fundamentais das Estatísticas

Oficiais<sup>1</sup>. As circunstâncias nacionais ditam uma abordagem abrangente e adaptada para produzir estatísticas de FFIs fiáveis e granulares. A medição dos tipos de FFIs num indicador só pode ser feita em estreita colaboração com o sistema estatístico nacional e com os fornecedores de dados administrativos, em coordenação pelo instituto nacional de estatística. Após um convite à manifestação de interesse em África, feito em Fevereiro de 2021, 11 países manifestaram interesse em participar em testes-piloto da medição dos FFIs: Angola, Benim, Burkina Faso, Gabão, Gana, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, e Zâmbia. Estes países foram realizados através de seminários regionais de formação realizados pela UNCTAD, ECA e UNODC em Junho e Dezembro de 2021.

Na última metade de 2021, vários dos 11 países iniciaram actividades nacionais para dar início ao processo de medição e estimativa dos FFIs com base nos seus próprios dados nacionais disponíveis. Isto foi levado a cabo através de um mecanismo estruturado inter-agências, os Grupos de Trabalho Técnicos (GTT), que reuniram todas as agências governamentais relevantes. Dado que os FFIs atravessam vários sectores da economia, com dados na sua maioria dispersos, as directrizes do projecto prescreviam o estabelecimento de um grupo de coordenação inter-agências para estabelecer as bases para a medição estatística dos FFI de acordo com as normas e métodos internacionais e para realizar testes piloto de metodologias. Os GTT foram criados em cada país pioneiro, com base em nomeados de agências governamentais que trabalham no ecossistema dos FFIs, incluindo Ministérios das Finanças e do Planeamento, agências de receitas e alfândegas, bancos centrais, unidades de informação financeira, agências anticorrupção, agências de crimes económicos, entre outros, liderados pelo Gabinete Nacional de Estatística. Em particular, o GTT também constituiu representantes dos Gabinetes de Coordenadores Residentes da ONU para beneficiar dos conhecimentos técnicos, experiência e apoio da ONU no país neste processo.

Quando o projecto chegou ao fim, vários países finalizaram a estimativa dos FFIs, enquanto alguns outros se encontram na fase final. Foi neste contexto que a ECA e a UNCTAD organizaram conjuntamente uma Conferência de encerramento do projecto, realizada na sede da ECA, em Adis Abeba, Etiópia, de 15 a 17 de Junho de 2022, num formato híbrido.

### **Objectivos da Reunião**

A conferência contou com a presença de mais de 60 participantes dos 12 países pioneiros e organizações regionais e internacionais. Os países incluíam Angola, Benin, Burkina Faso, Egipto, Gabão, Gana, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, e Zâmbia. O objectivo da conferência era proporcionar uma oportunidade aos países pioneiros de partilharem as suas experiências, lições, desafios enfrentados na medição dos FFIs. A conferência foi também organizada para discutir o caminho a seguir, conforme identificado nos planos de acção dos países, e para considerar o apoio adicional necessário pelos países na medição e elaboração de relatórios sobre o Indicador 16.4.1 dos ODS.

---

<sup>1</sup><https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>

---

## 1º DIA

---

### Boas-vindas e discursos de abertura

A reunião teve início com comentários de boas-vindas do **Sr. Gamal Ibrahim**, Chefe de Secção, Secção de Governação Económica e Finanças Públicas, ECA e Presidente da Sessão. O Sr. Ibrahim deu as boas vindas a todos os participantes a Adis Abeba e à ECA e agradeceu-lhes por terem tido tempo de participar no evento de encerramento de uma viagem de quatro anos em direcção à medição dos FFIs em África. Observou que esta conferência é uma plataforma para os países partilharem a sua experiência, lições e desafios neste processo. É também uma oportunidade para as três instituições colaboradoras (ECA, UNCTAD, UNODC) darem orientações sobre os próximos passos, forjarem um caminho e fornecerem perspectivas de parceiros como a Comissão da União Africana (CUA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Fundação Mbeki, bem como o Fórum Africano de Administração Fiscal.

As declarações de abertura foram feitas pelo Sr. Joseph Atta-Mensah, Director dos Assuntos Económicos, ECA (em nome do Sr. Adam Elhiraika, Director da Divisão de Macroeconomia e Governação (MGD), ECA, Sra. Anu Peltola, Directora Interina da Divisão de Estatística da UNCTAD, Sr. Oliver Chinganya, Director do Centro Africano de Estatística, ECA.

Nas suas observações iniciais, o **Sr. Oliver Chinganya** salientou que o Painel de Alto Nível sobre FFIs (PAN) definiu o âmbito da FFI ao fornecer uma definição para orientar os esforços de medição em África, incluindo as estimativas regionais iniciais de perdas anuais de FFIs de 50 mil milhões de dólares. Observou que as estimativas dos FFIs são desafiadas pela falta de infra-estruturas de dados, fraquezas nas capacidades estatísticas do governo e opacidade das actividades ilícitas. O Sr. Chinganya observou que o Centro Africano de Estatística da ECA tem vindo a apoiar os estados membros na construção de uma capacidade estatística sustentável na recolha de dados. Consequentemente, o Relatório do PAN influenciou a inclusão do indicador 16.4.1 nos ODS, abrindo caminho para os Estados Membros regularizarem a recolha de dados e a comunicação de estatísticas sobre os FFIs. Pediu aos institutos nacionais de estatística que trabalhassem com todos os interessados, instituições para recolher e gerar dados de alta qualidade necessários para estimar e publicar estatísticas sobre FFIs nos países e monitorar o desempenho deste indicador ao longo do tempo, a fim de informar as políticas para conter os fluxos de recursos. Encerrou a sua intervenção aplaudindo a CEA e a UNCTAD por um marco tão importante do projecto-piloto, uma vez que este proporciona uma excelente plataforma para aferir os progressos, as realizações e as experiências e lições importantes dos países. O resultado desta conferência constituirá um importante contributo para a programação futura, e, por conseguinte, moldará o panorama político estatístico dos FFIs em África para além da fase-piloto.

A **Sra. Anu Peltola** agradeceu aos países pioneiros pela sua dedicação e trabalho árduo. Salientou que os FFIs são uma área onde as estatísticas são dolorosamente necessárias, especialmente agora com o impacto devastador da pandemia COVID-19 e a necessidade crítica de maximizar a mobilização de recursos internos para financiar o desenvolvimento sustentável. Ela notou o desafio de medir os FFIs, considerando que os países ainda não comunicam números oficiais sobre os FFIs. Em África, os 12 países pioneiros são os primeiros a testar as metodologias dos FFIs para medir práticas fiscais e comerciais e aplicar conceitos e métodos acordados para o indicador ODS 16.4.1.

A Sra. Peltola apresentou uma breve história do projecto que teve início em 2017, quando não houve uma definição globalmente acordada de FFIs. A UNCTAD com o UNODC como depositários do indicador ODS 16.4.1 trabalhou em conjunto com um forte apoio da ECA e um Grupo de Trabalho sobre a medição estatística de FFIs, resultando no desenvolvimento de um Quadro Conceptual para a Medição Estatística de FFIs, aprovado pela Comissão Estatística da ONU em Março de 2022. O Quadro Conceptual articula os conceitos e métodos estatísticos para uso global no relatório sobre o indicador dos ODS. Ela observou que a UNCTAD se concentra na medição de FFIs fiscais e comerciais, enquanto o UNODC se concentra nos FFIs provenientes de actividades criminosas, mas há necessidade de cobrir ambos os lados para finalmente capturar todas os FFIs. A Sra. Peltola informou ainda que a boa colaboração da UNCTAD com a CEA, que lidera o trabalho em África em coordenação com a CUA, pode garantir que o apoio técnico satisfaça as necessidades dos países. Terminou reiterando a disponibilidade da ONU para se envolver com países no futuro e para envolver outros governos africanos interessados nestes esforços e, por último, que outros países e regiões aprenderão com as experiências dos países pioneiros.

Da Divisão de Macroeconomia e Governança da CEA, Sr. **Joseph Atta-Mensah**, falou em nome do Sr. Adam Elhiraika, Director da Divisão. O Sr. Atta-Mensah destacou as intervenções políticas necessárias para refrear os FFIs, incluindo melhores dados e uma melhor compreensão dos FFIs. A vontade política firmemente enraizada no compromisso e coordenação institucionais é também fundamental. O Sr. Attah-Mensah salientou o papel desempenhado pela CEA no apoio aos países africanos na abordagem dos FFIs em várias capacidades, que desde então evoluiu para o reforço da capacidade estatística dos países. Explicou ainda as questões-chave emergentes da pilotagem de metodologias de FFIs, nomeadamente a dificuldade de medir FFIs, a variação na disponibilidade de dados, os diferentes tipos de FFIs entre países, e a necessidade de uma forte parceria entre todos os parceiros nacionais e internacionais relevantes. Terminou tranquilizando os países de que a ECA irá explorar vias para fornecer mais apoio para reforçar a sua capacidade estatística para além deste projecto e apelou aos parceiros para trabalharem em conjunto para atingir este fim.

### **Sessão 1: Projecto de Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre FFIs**

Os comentários de abertura foram seguidos por uma ronda de apresentações de todos os participantes e uma apresentação pela **Sra. Amandine Rushenguziminega** da UNCTAD sobre a visão

geral das actividades do Projecto CD de FFIs. A Sra. Rushenguziminega destacou os marcos históricos do projecto. Em Fevereiro de 2021 tiveram lugar três grandes actividades, principalmente um workshop regional para apresentar o quadro conceptual recentemente desenvolvido pela UNCTAD-UNODC para a medição estatística dos FFIs, seguido de um convite à manifestação de interesse e da selecção de países pioneiros. Em Junho de 2021, realizou-se um workshop piloto regional de arranque especificamente para apresentar e discutir as metodologias e orientações sobre os FFIs fiscais e comerciais e discutir o plano de trabalho e as ferramentas para a implementação de actividades-piloto nacionais. A constituição do GTT, a revisão de dados e as actividades de recolha tiveram lugar nos meses de Agosto a Dezembro de 2021. Para a maioria dos países, as sessões de formação sobre metodologias seleccionadas para medir os FFIs tiveram lugar no final de 2021 e no primeiro trimestre de 2022. Seguiu-se a compilação de estimativas pelos GTT, como a última actividade principal. A maioria dos países utilizou os métodos 1 e 2.

## Discussão

Na discussão que se seguiu, foram levantadas questões sobre a razão pela qual os métodos 4, 5 e 6 não foram aplicados. Os métodos testados pelos países dependiam da revisão da disponibilidade dos dados. Contudo, ao abrigo de uma iniciativa separada da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a África do Sul utilizou o método 5 sobre o não-cumprimento da divulgação de impostos. Embora o método 3 seja mais fácil de aplicar, o método 4 é mais complexo de aplicar uma vez que requer dados de boa qualidade sobre empresas multinacionais que não estão disponíveis para a maioria dos países africanos. O método 6 não foi testado por nenhum dos países de África, mais uma vez devido a limitações de dados. Além disso, o período do exercício piloto foi bastante constrangido por não poder permitir o teste de todos os métodos. Num projecto paralelo com o UNODC e a CECAAP, foram feitas tentativas para testar os métodos 4 e 6 na Ásia, os resultados serão partilhados quando disponíveis, presumivelmente no final de 2022.

## Apresentações de Países Pioneiros

Após as observações de abertura, as sessões subsequentes centraram-se nas apresentações dos doze países sobre o processo, os resultados do progresso, as lições aprendidas na medição dos FFIs e os próximos passos. Os países foram particularmente solicitados a abordar as seguintes questões:

- Quando é que o trabalho começou?
- Que agências estiveram envolvidas?
- Que passos, procedimentos, arranjos foram postos em prática?
- Aplicando os métodos - o que funcionou, o que não funcionou, questões relacionadas?
- Estatísticas preliminares dos FFIs a partilhar, sempre que possível.
- Feedback sobre a organização do trabalho.
- Feedback sobre o material (orientações, ferramentas).
- Os maiores desafios / sucessos no processo.
- Os próximos passos em cada país e o apoio necessário.

## Sessão 2: Apresentações de países: Processo, Progresso, Resultados, Lições - Burkina Faso e Gabão -

### Burkina Faso

Esta sessão, presidida pelo **Sr. Douglas Kigabo** da ECA, proporcionou apresentações de países do Burkina Faso e do Gabão.

O Burkina Faso iniciou as actividades nacionais para medir os FFIs em Agosto de 2021 segundo explicado pelo **Sr. François Ramdé**, do Instituto Nacional de Estatística e Demografia (INSD). Mais de 12 instituições reuniram-se para estabelecer o GTT, incluindo o INSD, a Direcção Geral dos Impostos, e a Direcção Geral das Alfândegas. Em termos do processo, foi criado um subgrupo central de peritos em estatística que realizou reuniões semanais regulares. O Burkina Faso aplicou o Método do País Parceiro (MPP) para medir os FFIs com base em dados das alfândegas, do serviço de estatística, e da autoridade fiscal. Em termos de resultados, as estimativas não foram completadas, contudo as conclusões preliminares indicam que os FFIs no comércio de exportação. Por exemplo, no sector do ouro, existem transacções ilícitas entre o Burkina Faso e o Uganda, assim como com a Suíça. Outras mercadorias também foram identificadas, tais como zinco, sésamo, bebidas, ou combustíveis, mas a discrepância observada ainda está a ser esclarecida pelas Alfândegas para confirmar que se trata de FFIs. Em termos de sucessos, seminários técnicos presenciais facilitaram o trabalho do GTT enquanto o papel de liderança do gabinete de estatística permitiu uma implementação sem problemas do projecto. Os desafios incluíram a incapacidade de ter uma medição abrangente e precisa dos FFIs, a falta de apoio político do governo, a incapacidade de aceder aos dados da UN Comtrade e a má qualidade dos dados. Foram apresentados pedidos de maior apoio técnico e financeiro por parte dos depositários e outras agências.

### Gabão

O **Sr. Theodora Aleka-Laban**, da Comissão Nacional de Luta contra a Corrupção e o Enriquecimento Ilícito (CNLCEI) sublinhou os esforços do governo para abordar as FFI no Gabão, incluindo a criação de tribunais especializados anticorrupção. O Gabão manifestou formalmente interesse em metodologias-piloto do FFIs em Abril de 2021. Para implementar o projecto, o país avançou para envolver várias instituições lideradas pela CNLCEI, como ponto focal, trazendo para bordo outras instituições para formar o GTT. O Gabão aplicou o MPP e o Método do Filtragem de Preços (MFP). A estimativa foi baseada no período de 2010 a 2021, com grandes FFIs baseadas em declarações falsas em operações de comércio internacional. Os sectores petrolífero, florestal e mineiro são mais propensos a FFIs. Para o teste realizado, a CNLCEI utilizou dados oficiais fiáveis (estatísticas comerciais, taxas de câmbio, etc.) e ferramentas de análise estatística fiáveis, assim como pressupostos realistas. O maior desafio enfrentado foi a falta de fiabilidade e a baixa qualidade dos dados, sobretudo no que diz respeito ao preço dos produtos mineiros. O projecto foi um processo de aprendizagem para as instituições, que levou muito tempo a adoptar conceitos e métodos de avaliação de FFIs. O apoio técnico a longo prazo em estatística e quadro de coordenação nacional é necessário para prosseguir com o trabalho iniciado de medição dos FFIs.

### Discussão

- A importância da selecção dos produtos no Burkina Faso baseou-se no volume das exportações. Por exemplo, o ouro faz 60% das exportações do Burkina Faso.
- No Gabão, foram obtidas discrepâncias através de uma comparação em números e pela eliminação de outras possibilidades que explicam a diferença nas taxas de câmbio e de transporte.
- Foi levantada uma questão relativa aos sectores regulamentados, indicando mais FFIs do que o sector informal e o que foi considerado de FFIs. De acordo com o consultor nacional, os FFIs foram identificados através de exportações transfronteiriças.
- Os participantes perguntaram qual dos dois métodos era mais fácil de aplicar e o que informava a transição do GCP para o GFP. Foram também levantadas preocupações sobre a acessibilidade aos dados por parte de algumas instituições governamentais que não estavam dispostas a divulgar os dados.
- No Gabão, a abordagem utilizada foi produto a produto, dado que alguns dos métodos não eram viáveis e que as declarações dos exportadores variavam das quantidades reais exportadas. Irregularidades nos dados não puderam ser corrigidas pela análise, uma vez que os dados foram recolhidos antes da altura das estimativas. No entanto, foi explicado que ao observar o fenómeno durante um longo período de tempo, pode-se encontrar uma tendência cíclica.
- Em relação às conclusões do Gabão, os participantes notaram que os resultados pareciam estar subestimados, dada a fraca qualidade dos dados de base. A este respeito, foram feitas recomendações de que as estimativas deveriam abranger um período mais longo de anos a partir de 2010-2021 para captar declarações falsas.

### Sessão 3: Apresentações de Países Pioneiros da Namíbia e do Gana

A sessão, moderada pela **Sra. Susan Karungi** da ECA, consistiu em duas apresentações da Namíbia e do Gana sobre as suas experiências na utilização do MPP e do PFM.

#### Namíbia

As actividades do país iniciadas em Novembro de 2021 explicaram a **Sra. Penelao Kapenda**, do Banco da Namíbia e o **Sr. Lameck Odada**, o consultor nacional Estimativas estatísticas e o plano de acção foram concluídos até Maio de 2022, esperando-se um relatório final até Junho de 2022. O Banco da Namíbia, como entidade focal, assumiu a liderança no GTT.

As conclusões preliminares da implementação dos métodos MPP e PFM indicaram FFIs substanciais internos e externas de e para os principais parceiros comerciais em seis produtos seleccionados (diamantes, gásóleo, gasolina, ouro, urânio, peixe). O país enfrentou vários desafios no processo de estimação. A qualidade dos dados foi o principal desafio com declarações personalizadas e lacunas na introdução de dados. A falta de dados de mercado para alguns produtos dificultou a utilização do método do preço de mercado, que era eficaz para os produtos. Em alguns casos, a presença de casos anómalos complicou a medição da média móvel e dos desvios padrão. O país também enfrentou desafios de classificação decorrentes de um nível elevado (agregado; 4 dígitos) da classificação HS utilizada, o que dificultou a selecção de um único produto.

O país reconheceu a necessidade de criar um Secretariado de FFIs para continuar com a medição dos FFIs. O GTT recomendou a melhoria do processo de captura de dados nas alfândegas para superar os desafios das verificações de dados e declarações correctas nas alfândegas e reforçou a coordenação entre os intervenientes relevantes para evitar sub-declarações e evasões de deveres por entidades. O GTT também concordou em explorar e implementar um sistema automatizado para realizar avaliações de FFIs e verificar a discrepância entre as receitas de exportação e as declarações aduaneiras.

## Gana

O trabalho de estimativa dos FFIs começou em Junho de 2021 explicou o **Sr. Asuo Afram**, do Serviço de Estatística do Gana (GSS), liderando o GTT. O GTT identificou o âmbito do trabalho de recolha e consolidação de todos os dados necessários e limpou os dados para as medições dos FFIs. Foram organizados seminários de formação para familiarizar os membros do GTT com os métodos seleccionados. Eventualmente, os FFIs para o Gana foram estimados para 2012, aplicando métodos MFP e MPP, utilizando cacau e ouro como principais produtos de exportação.

O GTT considerou a GFP fácil de compilar, uma vez que não requer dados comerciais dos países parceiros. As estatísticas preliminares dos FFIs no Gana serão validadas e mais tarde partilhadas com a UNCTAD e a UNECA. O trabalho gerou muito interesse entre os decisores políticos e académicos para compreender o montante total que o Gana está a perder para os FFIs. O GTT produziu manuais e orientações detalhadas para referências e sustentabilidade da capacidade de medição. A disponibilidade de dados continuou a ser o principal desafio, uma vez que se verificou que era difícil recolher dados comerciais detalhados a nível de item. Prosseguindo, o GTT concordou em recolher dados detalhados sobre importações e exportações para o Gana de 2000 a 2021 e compilar séries cronológicas dos FFIs de 2000 a 2021. Uma vez concluída a estimativa dos FFIs, as estatísticas estão planeadas para serem amplamente divulgadas através do website do GSS.

## Discussão

- Foi salientado que o processo de medição estatística deveria ser coordenado pela arquitectura institucional relevante, compreendendo um espectro mais amplo de partes interessadas, a fim de pôr efectivamente fim a fugas de recursos.
- Houve uma discussão aprofundada e envolvente sobre os desafios em torno da qualidade dos dados, fontes, e destinos dos FFIs através de estatísticas-espelho e das possíveis saídas. Foi salientado que a melhoria dos preços de mercado e dos dados quantitativos seria um contributo fundamental para estimativas robustas de FFIs. Foi salientado o prosseguimento das discussões bilaterais e multilaterais entre os parceiros comerciais, assim como entre as partes interessadas no interior do país, para abordar a questão das anomalias e discrepâncias de dados nas declarações personalizadas. A implementação eficaz das políticas existentes, juntamente com estratégias orientadas para a procura, para travar os FFIs, é

importante.

- A importância de compreender a economia política em cada país não pode ser ignorada quando se efectuam estimativas de FFIs. A política e a dinâmica do poder têm implicações na agenda dos FFIs de um país, uma vez que influenciam a credibilidade dos dados, por vezes responsáveis pela manipulação de dados. Os países com pessoas politicamente expostas têm maiores probabilidades de produzir dados manipulados. Por conseguinte, é importante realizar um mapeamento do poder institucional desde o início e obter o apoio político mais importante para permitir o acesso a dados fiáveis.
- A questão da reexportação pelos países parceiros foi levantada nas discussões sobre a Namíbia. Foi sugerida a realização de discussões bilaterais entre países para compreender as tendências de exportação e importação.

#### Sessão 4: Apresentações de Países Pioneiros sobre a África do Sul e o Egipto

Esta sessão foi moderada pela **Sra. Katerina Nicolaou-Manias** da ECA.

##### África do Sul

Com um Grupo de Trabalho Inter-Agências (GTIA) operacional, a África do Sul está relativamente avançada em termos do mecanismo interinstitucional para abordar os FFIs e já com trabalho em curso para produzir estimativas dos FFIs nacionais, explicou a **Sra. Sonja Du Toit**, do Centro de Informação Financeira. A abordagem foi a de capitalizar a estrutura existente em vez de criar uma estrutura concorrente. Foi criado um subcomité no seio do GTIA para medir os FFIs, começando pela avaliação do risco, revisão e selecção das metodologias existentes e revisão da disponibilidade de dados. A África do Sul seleccionou os métodos GCP e GFP. No âmbito de um projecto separado da OCDE, a África do Sul tentou aplicar o método 5 sobre Contribuintes Não Conformes na África do Sul. Do MFP, os resultados indicaram uma exportação significativa sob facturação no sector dos minerais, especialmente nas pedras preciosas, semipreciosas e metais preciosos, enquanto a subfacturação das importações foi encontrada em máquinas e equipamentos eléctricos, veículos. Os resultados do método 5 mostraram que entre 3,5 - 5 mil milhões de dólares em FFIs deixaram a África do Sul todos os anos durante a última década. O não-cumprimento de impostos tem demonstrado ter uma longa história entre os principais receptores de rendimentos na África do Sul.

Em termos do que funcionou bem na África do Sul, houve vontade política de abordar os FFIs, incluindo também o apoio ao trabalho de estimativas. É necessária uma cooperação muito estreita entre países para fornecer atempadamente dados dos parceiros.

##### Egipto

O Egipto adoptou uma abordagem holística na medição dos FFIs no contexto da avaliação dos progressos em todos os ODS, explicou **Lauraine Habib** do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Económico e **Mohamed Salah Saad** da Autoridade Aduaneira Egípcia. Os FFIs de contenção são abrangidos pelo pilar do financiamento dos ODS. O país aplicou os métodos de MPP e MFP. Os produtos de exportação analisados foram seleccionados com base em critérios estabelecidos, tais como taxa de imposto aduaneiro, quota do total de impostos aduaneiros, quota do total de importações, e exportações. A GFP foi aplicada a uma mercadoria com dados obtidos a

partir de transacções aduaneiras. Foi encontrado sobre ou sub-preço em algumas das transacções, embora os valores totais não fossem elevados. Como novo mecanismo de informação, um relatório mensal sobre fluxos ilícitos será submetido ao chefe da Autoridade Aduaneira Egípcia. Seguir-se-ão mais análises dos resultados, incluindo reuniões com os peritos da UNCTAD para mais orientações. Paralelamente, o Egito está a trabalhar na medição de FFIs de actividades relacionadas com o crime juntamente com o UNODC, concentrando-se no tráfico de drogas. As estimativas serão finalizadas nos próximos meses e posteriormente validadas pelo GTT.

## Discussão

- Entre as perguntas, os participantes perguntaram por que razão a África do Sul não utilizou o método 3, uma vez que tinham acesso aos dados da OCDE sobre Empresas Multinacionais (MNEs). Foi observado que o trabalho sobre o método 3 já começou e é conduzido pela Autoridade Fiscal da África do Sul, embora o acesso aos dados continue a ser um desafio. Será realizada uma reunião de seguimento entre a UNCTAD e a Autoridade Fiscal da África do Sul.
- O Egito manifestou interesse em explorar a aplicação do método 3 sobre a transferência de lucros pelas empresas multinacionais e planeou realizar mais análises sobre esta matéria. Mas no âmbito do método 1, o Egito comparou os dados comerciais dos seus países parceiros - onde as discrepâncias eram muito elevadas (15 % +), isto assinalou riscos e uma elevada probabilidade de FFIs. Onde as discrepâncias eram baixas, isto indicava uma baixa probabilidade de FFIs. As conclusões sobre o método 1 mostraram uma grande discrepância nos números comunicados do lado do Egito e dos países parceiros, estando em curso uma análise mais aprofundada. O método 2 também requer a colaboração entre países parceiros na partilha de informação.
- Com base na abordagem do Egito, foi recomendado que os FFIs não fossem analisados no vácuo. Há necessidade de encontrar formas inovadoras de abordar os FFIs. A ECA precisa de aproveitar as agências da ONU nos países para alinhar os projectos de FFIs com os programas nacionais, incluindo também com a iniciativa em curso dos Quadros Nacionais Integrados de Financiamento (QNIF).
- Foi esclarecido que a GCP e a GFP são complementares e devem ser aplicadas em conjunto. A GCP mostrará onde residem os riscos em termos de exportações ou importações, enquanto a GFP pode ajudar a identificar as empresas perpetradoras.
- Dado que os perpetradores de actividades ilícitas são redes altamente organizadas, as instituições governamentais devem também organizar-se, trabalhando em conjunto através da partilha de dados e informações. Os países foram portanto aconselhados a institucionalizar ou formalizar mecanismos de colaboração a nível intra e extra-país, incluindo os GTT.
- Relativamente aos dados, os países precisam de envidar mais esforços no sentido de melhorar as estatísticas nacionais, começando com estatísticas básicas e estatísticas comerciais para fornecer dados fiáveis e de alta qualidade para informar as respostas políticas correctas.
- Em termos de passos metodológicos ou abordagem, foram feitas sugestões sobre como analisar os dados, começando pelo mais amplo e estreitando-se até às especificidades dos produtos, preços. Há semelhanças e diferenças na abordagem metodológica, a Zâmbia começou com produtos que se deslocaram para o mais amplo. Na selecção dos produtos, foi aconselhado que, para alcançar melhores resultados, há necessidade de representar pelo

menos 75% do comércio, dando também prioridade aos sectores extractivos devido à sua notoriedade para actividades ilícitas.

- Quanto a questões sobre a não aplicação de outras metodologias (excepto os métodos 1, 2 e 3), notou-se que o cronograma do projecto não podia permitir o teste dos métodos 4, 5 e 6. Além disso, estes métodos têm limitações relacionadas com dados e complexidades estatísticas específicas que requerem mais tempo e formação. Os países foram, portanto, aplaudidos pelos esforços feitos nos métodos testados até agora.
- Foi recomendada uma abordagem abrangente para envolver todas as instituições relevantes no ecossistema dos FFIs no processo de estimação.
- Os apresentadores dos países convidaram os países parceiros para outros compromissos bilaterais a fim de permitir uma melhor compreensão das discrepâncias comerciais de exportação/importação, com o objectivo de harmonizar os seus sistemas nacionais de captura de dados a longo prazo. A Namíbia convidou a África do Sul para discussões bilaterais sobre algumas das discrepâncias de ouro.

## 2º DIA

---

### Sessão 5: Apresentações de Países Pioneiros sobre o Benim e o Senegal

O segundo dia do seminário começou com apresentações de países do Benim e do Senegal. Esta sessão foi moderada pela **Sra. Amandine Rushenguziminega** da UNCTAD.

#### Senegal

A apresentação foi feita pelo **Sr. Malik Diop**, o ponto focal da Agência Nacional de Estatística e Demografia (ANSD), apoiado pelo **Sr. Amaye Sy**, o consultor nacional. O processo no Senegal foi bastante rápido, com a formação do GTT efectivamente sob a liderança activa da ANSD, explicou o Sr. Malik Diop. O país aplicou os métodos 1, 2 e 3. Embora os resultados sugiram a presença de FFIs, o país não concordou em partilhar publicamente as estimativas. Os resultados foram validados pelo GTT e um primeiro relatório foi partilhado com a UNCTAD em Abril.

Os sucessos relatados do Senegal incluíram a apropriação institucional dos resultados, e uma boa colaboração inter-agências durante toda a fase piloto. Contudo, foram enfrentados alguns desafios, incluindo desafios de divulgação de dados, a necessidade de cobrir outros tipos de FFIs na estimativa, e lacunas de capacidade que precisam de ser colmatadas. O GTT recomendou o alargamento do âmbito dos FFIs a estimar e a continuação deste trabalho no Senegal, a fim de melhorar o acesso/divulgação de dados para uma melhor sensibilização do público para os impactos dos FFIs no desenvolvimento e reformas políticas e, finalmente, a criação de um quadro institucional permanente para sustentar o trabalho sobre os FFIs.

#### Benim

O processo no Benim começou em Julho de 2021 e foi inclusivo, com um GTT constituído por várias instituições relevantes, explicou **Thales Kiki**, o ponto focal do Instituto Nacional de Estatística e Demografia (em vez disso), e **Symphorien Agbessadji**, o consultor nacional. As estimativas foram realizadas utilizando os métodos 1 e 2, mas devido a desafios de disponibilidade de dados, todas as estimativas foram feitas utilizando dados externos. Com o método 1, o GTT enfrentou desafios no

acesso aos dados sobre os países parceiros, enquanto no método 2, a falta de dados sobre os preços contratuais foi um grande revés. Em resultado destas dificuldades, o GTT planeia analisar melhor as estimativas preliminares e melhorar, sempre que possível, antes da divulgação. No Benim, os produtos de alto risco dos FFIs são principalmente algodão e cacau no lado da exportação. Do lado da importação, as transacções de petróleo entre o Benim e a Nigéria são uma das principais fontes de FFIs.

Como próximos passos, o Benim analisará os resultados e apresentará as conclusões ao GTT e desenvolverá um plano de acção para futuras medições de FFIs principalmente para melhorar a adesão dos intervenientes, melhorar a recolha de dados, e coordenar esforços para reportar o indicador ODS 16.4.1. Isto exigirá, se possível, o estabelecimento de uma plataforma regional de FFIs para o intercâmbio de informações sobre transacções de FFIs transfronteiriças.

## Discussão

- No Senegal, o sector mineiro está principalmente exposto aos FFIs, no entanto o GTT enfrentou desafios na obtenção de preços de minerais. Foi avisado que o Senegal pode recorrer à abordagem adoptada pela Namíbia que verificou os preços dos produtos junto do regulador nacional dos minerais e organizações extractivas globais (Kimberly Metal Prices, London Metal Prices). Os reguladores sectoriais podem ser úteis na verificação e ajuste dos preços de mercado. Houve preocupações sobre a fiabilidade dos dados da UN Comtrade dadas as disparidades entre países na comunicação dos seus dados. Acrescentou-se que a auto-reportagem entre países pode, por vezes, afectar a qualidade dos dados resultantes de entradas deficientes ou erros de cálculo. Embora o Senegal não tenha partilhado os resultados, os participantes notaram que é importante que os países partilhem as suas estimativas para promover a transparência e a responsabilização, dado o marco alcançado na medição dos FFIs. O Senegal foi solicitado a fornecer feedback à ECA e à UNCTAD sobre os resultados.
- Os participantes expressaram geralmente a necessidade de apoio financeiro e técnico no desenvolvimento de ferramentas de monitoria dos fluxos comerciais - que podem ser sistemas automatizados de administração aduaneira.

## Sessão 6: Apresentações de países pioneiros a Nigéria e a Zâmbia

A sessão centrou-se na experiência da Nigéria e da Zâmbia e foi presidida pelo **Sr. Bojan Nastav** da UNCTAD.

### Nigéria

O projecto começou efectivamente com a inauguração do GTT a 3 de Novembro de 2021, afirmou o **Sr. Babajide Fowowe**, o consultor nacional. Os membros do GTT foram seleccionados a partir de 10 agências. A Nigéria aplicou o método 3 sobre lucros de distribuição global e impostos corporativos pela MNEs. Este método econométrico baseia-se no significado estatístico dos coeficientes de regressão. O método 3 foi dividido em duas partes: o método 3a está relacionado com a abordagem de risco geográfico dos FFIs, que identifica o maior risco/vulnerabilidade dos FFIs, considerando os diferentes países parceiros. O método 3b está relacionado com a sensibilidade dos lucros declarados - estima as funções de lucro para mostrar a sensibilidade e escala dos FFIs.

No método 3a, o GTT estabeleceu os dados necessários com base em formulários de divulgação de preços de transferência. Estes dados foram anonimizados para responder às preocupações sobre informações sensíveis sobre os MNE. Os dados abrangeram cerca de 160 MNE capturando 380 transacções durante o período de 2018 a 2020. Os resultados mostraram que os lucros são remetidos para diferentes países, na sua maioria em paraísos fiscais. Algumas EMNs fazem transferências exclusivamente para filiais em países que se enquadram na categoria de vulnerabilidade, o que implica que tais EMNs apenas fazem transferências para filiais em paraísos fiscais. O sector petrolífero é sobretudo afectado pelos FFIs.

Para o método 3b, os resultados reais das regressões do imposto sobre os custos dos lucros declarados são negativos e insignificantes, o que não permitiu ao GTT proceder à quantificação dos FFIs. Embora o GTT tenha parado na primeira etapa do método 3, tais resultados seriam úteis para as autoridades fiscais na realização de auditorias fiscais às empresas multinacionais. As transferências destes MNE na Nigéria foram superiores a 3% do PIB de alguns países. Isto fornece informações importantes sobre como lidar com as saídas financeiras para paraísos fiscais através de um planeamento fiscal agressivo.

As lições aprendidas com a Nigéria sublinham a necessidade de requisitos de dados extensivos e de formação em técnicas de cálculo estatístico. É necessário mais apoio para gerar estimativas reais da FFI. Como próximos passos, a Nigéria planeia utilizar o MPP e o PFM para obter estimativas dos FFIs e realizar reuniões/retiros regulares do GTT para obter conhecimentos sobre métodos.

## Zâmbia

O Sr. **Joseph Tembo**, ponto focal da Agência de Estatística da Zâmbia, e o Sr. **Shebo Nalishebo**, o consultor nacional, fizeram a apresentação em conjunto. A Zâmbia foi um participante tardio no projecto de medição de FFIs, que teve início em Janeiro de 2022 com a formação do GTT nacional. O GTT seleccionou os métodos 1 e 3. Para o método 1, o GTT baseou-se em dados comerciais (importações e exportações de mercadorias) para o período de 2012-2021. 22 países foram identificados como parceiros principais durante o período em análise, tendo sido identificados países com discrepâncias espelhadas significativas tanto para o comércio de entrada como para o comércio de saída. Utilizando o Índice de Discrepância Comercial Bilateral, os países foram agrupados em 3 níveis:

- Nível 1: países com discrepâncias  $> 1$  (7 países - priorizados)
- Nível 2: países com discrepâncias  $> 0,2 \text{ \& } \leq 1$  (14 países)
- Nível 3: países com discrepâncias  $< 0,2$  (1 país - nenhuma outra acção)

Outras investigações concentraram-se nos países de Nível 1. Os fluxos de saída tiveram enormes discrepâncias em comparação com os fluxos de entrada, daí que o foco se tenha centrado nos fluxos de saída. O GTT também analisou a fonte das discrepâncias comparando os dados ao nível do capítulo HS (2 dígitos) para cada país e seleccionou os 5 principais produtos com discrepâncias. A partir dos resultados, foram identificados os países com maiores discrepâncias para o método 1, e foram feitas estimativas preliminares de possíveis FFIs, mas estão em curso mais análises e investigações.

As lições aprendidas na Zâmbia apontam igualmente para a necessidade de institucionalizar o trabalho sobre os FFIs. A medição de FFIs não fazia parte dos planos de trabalho institucionais que criaram exigências concorrentes aos membros do GTT, para além do orçamento restrito e do tempo limitado. Em termos dos próximos passos, o governo planeia identificar as discrepâncias ao nível dos 6 dígitos do HS (método 1) e seleccionar alguns dos MNE para análise e auditoria fiscal mais aprofundadas. Outros planos incluem a definição do perfil dos MNE para o método 3, a recolha de dados de outras jurisdições, e a realização de análises de regressão. Uma vez concluída a medição preliminar para ambos os métodos, estes serão partilhados com GTT maiores para revisão e validação.

### Discussão

- A sessão de discussão foi muito envolvente principalmente sobre as fontes de dados utilizadas para os métodos 1 e 3 pelos dois países, as metodologias seleccionadas, e a forma como os países chegaram à quantidade estimada de FFIs. Observou-se que a disponibilidade de dados e as fontes de dados são fundamentais para o processo, mas em geral os países enfrentaram desafios diferentes. O GTT da Nigéria não pôde aceder aos dados aduaneiros nacionais.
- A Nigéria explicou que as estimativas finais dos FFIs não puderam ser obtidas uma vez que a produção real de números dependia dos dados utilizados e do resultado da equação estatística. Quando o coeficiente não é significativo, é difícil produzir a quantidade estimada de FFIs. A Nigéria mostrou optimismo em gerar os resultados finais dos FFIs após a obtenção de mais dados. Foi também salientado que os governos têm de demonstrar interesse e empenho em reduzir os FFIs através do apoio ao trabalho estatístico.

### Sessão 7: Apresentações de países pioneiros Angola, Moçambique

A sessão foi presidida pelo **Sr. Douglas Kigabo** da ECA.

#### Angola

O país começou muito tarde nas actividades do projecto devido à barreira linguística explicou o **Sr. Adao Lemos Francisco**, o consultor nacional. Em Angola, o trabalho começou com a mobilização de funcionários governamentais de alto nível a nível ministerial para permitir a adesão/ propriedade política e para facilitar a participação das agências na formação. A coordenação das actividades do país foi significativamente apoiada pelas equipas da ONU nos países, incluindo o Gabinete do Coordenador Residente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os escritórios do UNODC nos países. A formação abrangiu a GCP e a GFP. No método MPP, foi utilizada a fonte de dados Comtrade da ONU, embora Angola não dispusesse de relatórios recentes sobre dados comerciais (desde 2017). O processo está em curso para obter dados aduaneiros e formar um grupo de trabalho técnico para realizar as estimativas que serão apresentadas aos interessados relevantes para validação e partilhadas para orientação com a UNECA e a UNCTAD em conformidade.

Uma apresentação suplementar sobre Angola foi feita pela **Sra. Jacira Van Dunem** da Unidade de

Informação Financeira, que reconheceu que os FFIs têm impacto em Angola através da perda de finanças para o desenvolvimento económico-social. Ela notou a falta de consciência sobre as questões de FFIs e apelou a mais intervenções para sensibilizar o governo. Levantou também a necessidade de designar uma instituição de coordenação dos FFIs que reunisse todas as outras agências. A nível do programa, a Sra. Jacira salientou a necessidade de melhores avaliações de risco do país em matéria de branqueamento de capitais, bem como a necessidade de dados acessíveis de alta qualidade.

## Moçambique

Moçambique começou em Outubro de 2021, conforme a **Sra. Ana Paula Dava** do Instituto Nacional de Estatística. O país aplicou o MPP utilizando dados de comércio bilateral da base de dados Comtrade da ONU, contudo não foram feitos ajustes para diferenças de tempo, classificações especiais relacionadas com categorias diversas (defesa), cobertura de dados, comércio legal informal e erros de registo, classificação errada, entre outros. De acordo com os resultados, a subfacturação das importações e exportações constitui um risco maior para Moçambique. A Sra. Dava elaborou sobre os desafios enfrentados pelo GTT, incluindo dados que não estavam disponíveis enquanto existiam lacunas na qualidade dos dados a nível transaccional, falta de capacidade técnica (perícia, conhecimentos e competências) dentro do GTT em termos de competências estatísticas e software em testes de métodos. Apropriação do governo para lidar com os resultados das estimativas dos FFIs permanece um desafio. Há necessidade de reforçar a capacidade dos fornecedores de dados para melhorar a qualidade da informação estatística no país.

## Discussão

- A discussão está relacionada principalmente com as fontes de dados utilizadas (para Angola), a importância da colaboração entre agências, bem como o empenho e apoio do governo. Foi acrescentado que os bancos centrais deveriam desempenhar um papel importante para assegurar a credibilidade e a fiabilidade dos dados.
- Angola utilizou dados da UN Comtrade para a formação sobre o método 1. Há duas formas de aplicar o método 1 - utilizando dados aduaneiros nacionais que têm de ser agregados para corresponder aos dados da UN Comtrade ou utilizando directamente os dados da UN Comtrade evitando questões relativas à conversão cambial, questões FIB, ajustamento CIF.
- Outros comentários relacionados com o empenho dos governos em assegurar uma validação adequada dos resultados gerados sem alterações. As preocupações sobre o financiamento de actividades pós-projecto foram abordadas na sessão seguinte.

## Sessão 8: Projecto de Conta de Desenvolvimento da ONU sobre FFIs em África (lições aprendidas, próximos passos) ECA, UNCTAD e intervenções do Gabinete de Coordenadores Residentes da ONU

A sessão presidida pelo **Sr. Allan Mukungu**, estava a dar a oportunidade ao **Sr. Gamal Ibrahim** e ao **Sr. Bojan Nastav** de fornecer as perspectivas da ECA e da UNCTAD sobre a chave para a tomada de decisões, lições aprendidas e próximos passos para os projectos da CD. A sessão também forneceu intervenções de representantes do Gabinete de Coordenadores Residentes da ONU da Namíbia e da

Nigéria que participaram na conferência.

O **Sr. Allan Mukungu** continuou com um resumo das questões-chave levantadas durante as apresentações no país. Bojan Nastav da UNCTAD reflectiu sobre as questões técnicas relativas à aplicação metodológica e aos dados. O **Sr. Gamal Ibrahim** apresentou um resumo das questões políticas emergentes das discussões centradas nos aspectos políticos e de governação, bem como o caminho a seguir em relação aos pedidos de apoio dos países para a continuação das estimativas dos FFIs.

Representantes do UN RCO explicaram o apoio que o seu gabinete pode dar na estimativa dos FFIs a avançar. Os gabinetes do OCR em conjunto com equipas nos países desempenharam um papel de grande apoio ao longo do processo de realização de estimativas de FFIs em alguns dos países pioneiros. Por exemplo, o **Sr. Nonso Obikili**, o Economista e Coordenador de Desenvolvimento do OCR na Nigéria foi um membro activo do GTT da Nigéria que também facilitou sessões de formação para além de acolher todas as formações do GTT no país. O **Sr. Obikili** reconheceu a importância de medir os FFIs e explicou que há espaço para mais capacitação, especialmente no reforço das capacidades estatísticas dos funcionários governamentais. Destacou quatro pontos principais relativamente ao papel das OCR.

- i. **Sinergias:** As OCR podem aproveitar as sinergias a nível de país. As agências têm diferentes mandatos e papéis em linha com a prevenção de FFIs, que podem ser melhor aproveitados através do aproveitamento do papel de coordenação das OCRs. Já estão em curso esforços nacionais anti-FFIs semelhantes, que precisam de ser organizados com os esforços da ONU para evitar a duplicação. (A estratégia de dados da Nigéria está em desenvolvimento).
- ii. **Plataforma:** As OCR podem fornecer uma plataforma para interacções conjuntas entre a ONU e as instituições nacionais. Esta seria uma via para identificar lacunas e canalizar apoio técnico para onde ele é mais necessário.
- iii. **Papel de advocacia:** Os FFIs são uma questão política que requer a adesão política a todos os níveis. Dada a sua presença no país, as OCR estão em posição de facilitar compromissos de alto nível destinados a construir a adesão.
- iv. A política para reduzir os FFIs é sempre um processo **específico de cada país**.

A **Sra. Eunice Ajambo**, a Economista e Coordenadora de Desenvolvimento da OCR na Namíbia salientou que os esforços da ONU deveriam ter como objectivo principal apoiar e alinhar-se com os objectivos de desenvolvimento dos governos. Para o conseguir, ela recomendou a necessidade de a CEA colaborar com as agências de implementação das Nações Unidas no país em actividades comuns. Sobre o papel do OCR, discutiu áreas-chave em que o OCR pode desempenhar um papel.

- i. **Papel convincente:** em trazer todas as instituições ou partes interessadas relevantes a bordo. Por exemplo, o RCO apoiou e facilitou os seminários de formação.
- ii. **Colaboração:** Os OCR têm o mandato de aproveitar as colaborações estratégicas destinadas a apoiar os objectivos do país. Isto pode ser feito através da integração do trabalho sobre as estimativas das OCR no âmbito dos Quadros de Cooperação para o Desenvolvimento das OCR.
- iii. **Co-criação:** As OCR estão bem posicionadas para canalizar assistência técnica, aptidões, competência, perícia e conhecimento de projectos específicos.
- iv. **Sistemas/canais de comunicação:** no âmbito das equipas de países da ONU, a comunicação pode ser alavancada para a advocacia para destilar e disseminar informação sobre FFIs.

## Discussão

### I. Metodologias, conceitos e medições

- As directrizes, métodos e conceitos foram claros, úteis e contribuíram para a sensibilização e o envolvimento dos intervenientes. Mas as Directrizes deveriam ser mais práticas, de fácil utilização e num formato de volume abreviado.
- Os métodos, sempre que possível, deveriam ser automatizados, capacitando os funcionários aduaneiros e estatísticos a utilizar a informação de uma perspectiva de inteligência para refrear os FFIs a um nível tático e operacional.
- Todos os países utilizaram o Método 1 (MPP); sete países aplicaram o Método 2 (MFP); três deles tentaram utilizar o Método 3 (transferência de lucros) (desafio no acesso aos dados); e um país tentou utilizar o Método 4 em MNE mas considerou que o método não era relevante para esse país.
- Os métodos 1 e 2 devem ser utilizados como métodos complementares
- A formação e o processo-piloto foram muito úteis na contribuição para o envolvimento dos intervenientes, criação de estruturas de governação para medir (e refrear) os FFIs.

### II. Dados

- O acesso aos dados da UN Comtrade é um desafio para vários países, bem como o acesso aos dados aduaneiros, dependendo das estruturas em vigor nos países.
- Dados e dados granulares para os métodos 2, 3, 5 e 6 não estão disponíveis para os funcionários que medem FFIs em muitos países.
- A confidencialidade dos dados é também um desafio que afecta o trabalho de medição. Devem ser criados subcomités para trabalhar sobre os métodos de medição específicos, com base no local de residência dos dados, o que poderia abordar a questão da confidencialidade.
- Não existem directrizes sobre limpeza de dados. Além disso, foi salientado que a limpeza e a análise de dados estão ligadas à qualidade dos dados e é um processo iterativo e não linear.
- É importante que os países produzam dados abrangentes. Os países precisam de envidar mais esforços no sentido de melhorar as suas estatísticas nacionais em geral, em particular as estatísticas comerciais e aduaneiras.

### III. Lições aprendidas:

- Os prazos de pilotagem foram muito limitados, juntamente com exigências concorrentes que tiveram impacto na produção, aprovação/validação, e publicação dos resultados. No entanto, o resultado das estimativas dos países é um marco e um passo inicial importante no sentido de novos esforços para validar, refinar e publicar os resultados.
- Sendo a transparência uma chave para abordar os FFIs, é importante que os resultados sejam partilhados, pelo menos dentro deste fórum ou desta Comunidade de Prática, para que os países possam aprender uns com os outros e identificar ameaças e riscos dos FFIs entre os países pioneiros.

- Os países devem iterar e fazer pequenos aperfeiçoamentos na medição dos FFIs (dentro das directrizes), criando Comunidades de Prática de aprendizagem que contribuam para a adaptação das directrizes metodológicas.
- A partilha de informação entre autoridades dentro dos países (entre países) é crítica e foi assinalada como uma lição importante. Do mesmo modo, a partilha de informação entre países (extra-país) é fundamental para compreender os riscos, as disparidades de dados comerciais que são importantes para informar as intervenções institucionais para a contenção dos FFIs.
- Foi recomendada uma comunidade de práticas sobre FFIs entre países pioneiros como plataforma para os países poderem aprender uns com os outros, partilhar informação e melhores práticas sobre a redução de FFIs relativas a sectores e países específicos, ou sobre questões de dados e os vários métodos, etc.
- **Próximas etapas** O trabalho de medição precisa de ser formalizado e aprovado a nível político, com os funcionários a fazerem esta parte das suas actividades diárias.
- A incorporação nas actividades quotidianas torna este trabalho sustentável.
- É necessário atribuir recursos para assegurar que estes GTT, na medição, sejam tornados permanentes.
- Há uma necessidade de capacitação e apoio contínuos através dos conhecimentos técnicos da UNECA, UNCTAD e UNODC (e dos seus peritos).
- Vários países solicitaram apoio técnico e financeiro para a divulgação de resultados, assegurando a obtenção de dados sensíveis, a sensibilização e sensibilização em fóruns governamentais de alto nível, e a aquisição de software estatístico relevante. Foi solicitado apoio para levar a cabo uma análise aprofundada dos FFIs, partilha e validação dos resultados com as partes interessadas e uma divulgação mais ampla.
- Além disso, os países também necessitam de apoio técnico em termos de formação para que as autoridades responsáveis reforcem as suas capacidades, a fim de medir e monitorar os FFIs, e de um painel de formação de peritos nacionais sobre os diferentes métodos de avaliação dos FFIs para assegurar a produção de relatórios anuais de monitoria dos indicadores ODS 16.4.
- Foi também solicitado apoio financeiro para a aquisição de equipamento informático de software que irá melhorar o desempenho dos sistemas de dados e o desenvolvimento contínuo de capacidades para assistência a longo prazo na formação estatística dos peritos nacionais.
- A medição dos FFIs é o primeiro passo na identificação de ameaças e riscos dos FFIs. O passo seguinte é realizar um perfil de risco do país nos FFIs.
- Isso informará os processos políticos para reduzir os FFIs, que é a fase seguinte do processo e faz parte do programa global para reduzir os FFIs através do DA15 e da parceria com a Comissão da União Africana (AUC), o Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Rede de Justiça Fiscal em África (TJNA), e o Painel de Alto Nível da União Africana sobre I FFIs.

Finalmente, os países foram aconselhados a enviar cartas oficiais aos chefes da CEA e da UNCTAD solicitando mais apoio para continuar o trabalho de medição dos FFIs.

## **Sessão 9: Fluxos Financeiros Ilícitos em África - Bases Comuns, Experiência, Desafios, Planos**

A sessão constituiu um painel com perspectivas da Comissão da União Africana (CUA), do Fórum Africano de Administração Fiscal, do Banco Africano de Desenvolvimento, da Rede de Justiça Fiscal - África, e do Painel de Alto Nível da União Africana sobre FFIs.

A sessão, moderada pela **Sra. Kathy Nicolaou-Manias**, ECA, consistiu em seis membros do painel, cada um dos quais convidado a abordar questões específicas: **Sr. Patrick Ndzana**, em representação do Director dos Assuntos Económicos, AUC; **Sr. Adam Elhiraika**, Director da Divisão Macroeconómica e de Governação, ECA; Advogado **Mojanku Gumbi**, Membro do Comité Técnico de Apoio ao Painel de Alto Nível da UA sobre os FFIs; **Sra. Evelynne Change**, Directora de Governação, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); **Sra. Mary Baine**, Secretária Executiva Adjunta, Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF); e **Sra. Chenai Mukumba**, Gestora de Investigação Política e Advocacia, Tax Justice Network Africa (TJNA).

***Neste contexto, poderia partilhar connosco, de que forma o trabalho da CUA intensifica os esforços do trabalho-piloto de medição dos FFIs nos 12 Estados membros para refrear os FFIs de África?***

Em resposta, Patrick Ndzana, discutiu a necessidade de assegurar que os esforços feitos pelos estados membros sejam bem coordenados e utilizados em conformidade na luta contra os FFIs. Ele mencionou que várias crises globais como a COVID-19 e a guerra Rússia-Ucrânia, afectaram as poupanças públicas e privadas de muitos países africanos e causaram um repensar em torno da mobilização de recursos internos e da necessidade de combater os FFIs. Os países africanos têm um elevado nível de endividamento, o que torna crucial a mobilização de recursos internos. Há três grandes desafios enfrentados: primeiro, os estrangulamentos estruturais, baixa produtividade e lacunas institucionais, e isenções fiscais inadequadas. A estrutura fiscal é um desequilíbrio, uma vez que os países estão excessivamente dependentes das receitas fiscais. Segundo, a colaboração entre o TCE e outras instituições precisa de ser reforçada para evitar a duplicação de esforços e para um melhor impacto. Por último, o Sr. Ndzana apelou a mais esforços para recuperar os bens roubados. Destacou uma nova estratégia da CUA destinada a reformar o sistema de tributação internacional. Além disso, a CUA apoiará iniciativas incluindo o teste piloto de metodologias FFIs para a implementação dos ODS.

***Dado que o exercício piloto nos onze países africanos chegou ao fim, o que está à frente no conjunto de ferramentas da TCE para apoiar os Estados Membros africanos na contenção dos FFIs do continente?***

O Sr. Adam Elhiraika concentrou-se nos próximos passos, explicando que os esforços feitos há uma década estão apenas a começar a dar frutos com mais instituições agora a bordo. O feedback dos países pioneiros será utilizado para refinar a metodologia para uso global. A importância da

colaboração inter-agências foi bem demonstrada e precisa de continuar numa estrutura formalizada a nível nacional. O Sr. Elhiraika enfatizou a importância de reforçar as capacidades institucionais, uma vez que os países com gabinetes de estatística eficazes pareciam ter um melhor desempenho, pelo que a capacidade em estatística continua a ser crítica. A ECA irá acompanhar os resultados deste projecto através de um novo projecto de conta de desenvolvimento das Nações Unidas (DA15) para apoiar ainda mais os países a desenvolverem respostas políticas baseadas em provas. Observou a necessidade de avançar para esforços políticos para combater os FFIs no contexto da mobilização de recursos adequados e da realização da agenda 2030 e 2063.

***Como é que o Consórcio considera o trabalho de medição de FFIs? Que planos tem o Consórcio para enfrentar a contenção dos FFIs do continente - dada a abordagem de todo o governo e de todo o sistema que a ECA tem vindo a enfatizar nos seus vários produtos de conhecimento?***

O advogado Mojanku Gumbi apresentou recomendações aos países pioneiros. Ela enfatizou a importância de uma abordagem colaborativa para abordar os FFIs. O Painel de Alto Nível da UA (AU-PAN) está em vias de ajudar os estados membros na implementação de reformas nacionais. Mencionou a necessidade de reforçar a capacidade dos países para reter e impedir fugas de recursos. O AU-PAN recebeu respostas positivas dos países, que o Consórcio está actualmente a apoiar nas suas reformas nacionais para travar os FFIs. A AU-PAN elogiou o trabalho de medição dos FFIs e notou a necessidade de assegurar que as capacidades institucionais sejam construídas e reforçadas.

***O Banco Africano de Desenvolvimento emitiu recentemente a sua estratégia para reforçar a governação no continente, e para apoiar os Estados membros africanos na mobilização de recursos internos para complementar o financiamento externo, financiar actividades para alcançar o desenvolvimento sustentável no continente, bem como a Agenda 2063. Como planeia o Banco apoiar os Estados Membros a combater os FFIs e aumentar as probabilidades de alcançar estes objectivos?***

A Sra. Evelynne Change destacou a estratégia e o plano de acção do Banco contra os FFIs. Dois pilares desta estratégia estão relacionados com os esforços para reduzir os FFIs: primeiro pilar, reforço da capacidade dos países membros regionais e das comunidades económicas regionais para combater os FFIs; e segundo pilar, reforço das salvaguardas internas dos FFIs e da gestão do conhecimento. Ela observou que o combate aos FFIs foi efectivamente integrado nas operações de governação de 2017-2021. O BAD implementou vários programas sobre FFIs em muitos países. Alguns deles incluem: desenvolvimento de quadros contra o branqueamento de capitais, e financiamento do terrorismo na Libéria; revisão do quadro jurídico, regulamentar e institucional sobre isenções fiscais na República Centro Africana; desenvolvimento de novas aplicações informáticas para fins fiscais e estabelecimento de quadros regulamentares sobre o registo da propriedade dos beneficiários no Senegal; estabelecimento de unidades de preços de transferência e formação para funcionários públicos sobre troca de informações para fins fiscais e auditoria fiscal nos Camarões; e apoio à investigação sobre o impacto dos FFIs no Zimbabué, entre outros. O BAFD fornece apoio técnico e financeiro a organizações regionais, incluindo o ATAF, para melhorar a eficácia na administração fiscal e na cobrança de impostos.

A Sra. Change mencionou os desafios da implementação da estratégia anti-FFIs do Banco. Os FFIs ainda não são uma área prioritária na programação regular e alocação de recursos, a falta de recursos para financiar adequadamente tais projectos continua a ser um desafio. Sobre as lições aprendidas, ela mencionou que existe uma necessidade de reforçar a integração do trabalho dos FFIs para uma maior programação e afectação de recursos. Além disso, as diferentes fontes e motores dos FFIs necessitam de abordagens diferentes. Os quadros e indicadores de resultados devem ser reforçados para a medição do impacto a curto e longo prazo. Há também necessidade de mais sensibilização entre países e parceiros de desenvolvimento para aumentar a sensibilização.

***Os estudos-piloto centraram-se nos FFIs fiscais e comerciais. Dado o mandato da ATAF de promover administrações fiscais eficientes que maximizem a cobrança de receitas, o que a ATAF pretende fazer para reduzir os FFIs relacionados com impostos?***

Mary Baine discutiu as contribuições da ATAF para os esforços regionais e nacionais de redução dos FFIs. A ATAF trata principalmente dos tipos fiscais e comerciais de FFIs sob seis áreas prioritárias apoiadas pela AfDB, Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e sob a liderança da UA. As áreas-chave incluem preços de transferência, apoio de auditoria directa aos países em matéria de IVA, transparência fiscal e reforma fiscal global e revisão de tratados, investimento em dados e estatísticas, e defesa. A ATAF tem trabalhado com 24 países africanos nestas áreas prioritárias e planeia aumentar a cobertura para mais quatro países por ano. A Sra. Baine observou a importância de parcerias e colaboração na abordagem eficaz dos FFIs. A ATAF desenvolveu diferentes conjuntos de ferramentas para apoiar os países a lidar com questões de planeamento fiscal a fim de recolher os “baixos frutos pendurados” das receitas fiscais. A ATAF está também a trabalhar no desenvolvimento de capacidades e formação de funcionários governamentais.

***TJNA é um convocador dedicado da Conferência Pan-Africana sobre FFIs e Impostos, bem como um campeão da campanha “Parar a Hemorragia”. Dada a vontade dos Estados Membros em participar no estudo piloto, o que planeia a Rede de Justiça Fiscal em África fazer para apoiar os países na contenção dos FFIs do continente?***

A Sra. Chenai Mukumba destacou o trabalho da TJNA relacionado com o combate às FFIs. A TJNA é uma organização regional líder dedicada à justiça fiscal em África. A TJNA trabalha com outras organizações da sociedade civil para um maior alcance nos países e envolve-se com organizações regionais em discussões políticas e pesquisas baseadas em provas, esforços de capacitação para os países, mobilização das sociedades e sensibilização. A Sra. Chenai destacou as abordagens da TJNA em matéria de advocacia eficaz. As estatísticas sobre os FFIs devem ser capazes de comunicar as perdas reais incorridas do ponto de vista económico ou social. Os 50 mil milhões de dólares em perdas anuais para África devido a FFIs, são melhor comunicados em termos de perda de instalações de saúde, escolas, ou estradas, a fim de estimular a acção do governo. As OSC nacionais desempenham um papel importante ao envolverem com os principais interessados, principalmente os decisores políticos, incluindo os órgãos legislativos. A TJNA posiciona-se assim como um forte parceiro regional para destilar e disseminar o conhecimento produzido através das suas várias plataformas na região. Ela registou o empenho da TJNA em trabalhar com a ECA e a UNCTAD para reforçar os esforços de medição dos FFIs.

## Sessão 10: Painel de encerramento: Próximos passos na medição e acções políticas sobre FFIs

A última sessão foi presidida pelo **Sr. Patrick Ndzana**, em nome do Sr. Djamel Ghrib, Director dos Assuntos Económicos, AUC. O objectivo da sessão era fornecer a direcção institucional sobre os próximos passos da AUC, ECA, UNCTAD e UNODC. A sessão sublinhou principalmente as oportunidades de colaboração inter-organizacional. Os membros do painel incluíam a Sra. Ndinaye Sekwi Charumbira, AUC, Sr. Gamal Ibrahim, ECA, Sr. Bojan Nastav, UNCTAD, Sra. Diana Camerini, UNODC, e Sr. Djamel Ghrib.

### **Ndinaye Sekwi Charumbira, sobre os planos e apoio da CUA para combater os FFIs em África**

A Sra. Charumbira destacou as próximas actividades que se enquadram no pilar da sensibilização para os FFIs em África. O trabalho da AUC sobre os FFIs é actualmente apoiado através de uma estratégia de multidoadores envolvendo a União Europeia, o Governo da Alemanha e da Finlândia e implementado pela GIZ. A CUA planeia realizar várias actividades na segunda metade de 2022, incluindo: a Conferência Pan-Africana sobre FFIs em Outubro, uma sessão semanal sobre a transparência e troca de informações para fins fiscais. Está prevista a realização de um fórum de intercâmbio entre pares no final de 2022. A AUC está a trabalhar na finalização de duas estratégias sobre impostos e FFIs. Estas estratégias visam posicionar a AUC para liderar os trabalhos sobre FFIs na região e serão finalizadas em Julho de 2022.

No âmbito do pilar de apoio aos estados membros, serão identificados países pioneiros para o apoio ao desenvolvimento de capacidades no combate aos FFIs. A CUA procurará desenvolver os esforços da CEA e da UNCTAD em mais países (15 a 20) com o apoio da CEA, da UNCTAD e do BAD.

### **O Sr. Gamal Ibrahim sobre os planos e o apoio/intervenções da ECA para enfrentar aos FFIs em África.**

O Sr. Ibrahim observou que os esforços conjuntos com a UNCTAD e UNODC para medir aos FFIs foram reconhecidos pela 44ª Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico. Um novo projecto DA 15 procura desenvolver ainda mais o trabalho estatístico e desenvolver estimativas padronizadas, mas também reforçar a capacidade de investigação e análise dos países para desenvolver políticas baseadas em provas para reduzir aos FFIs. Este projecto será implementado pela CEA em parceria com outras Comissões Regionais da ONU na Ásia, América Latina e Pacífico durante os próximos quatro anos. O projecto procurará também aumentar a sensibilização para aos FFIs a nível nacional. Ele observou que os pilotos foram uma grande realização, mas é um longo caminho para a elaboração de relatórios adequados sobre o SGD 16.4.1. Também apelou aos participantes para partilharem ideias ou um quadro para desenvolver uma Comunidade de Prática sobre os FFIs e como operacionalizar os GTTs. O Sr. Ibrahim encerrou expressando o compromisso da CEA de trabalhar com os países no estabelecimento dos GTT e convidou os participantes a darem feedback e pedidos escritos de apoio para completar as estimativas. A ECA continua empenhada em trabalhar com parceiros como a AUC, ATAF, AfDB, o Painel de Alto Nível para consolidar o trabalho sobre as estimativas dos GTTs.

**Sr. Bojan Nastav, UNCTAD - Próximos passos pela UNCTAD e UNODC, os depositários do indicador ODS 16.4.1**

O Sr. Nastav observou que a UNCTAD e a UNODC estão mandatadas para trabalhar nos conceitos estatísticos e metodologias de medição dos FFIs. As realizações piloto feitas pelos países são dignas de nota, contudo estas ainda não são estatísticas oficiais sobre os FFIs - ainda há um longo caminho a percorrer. Reiterou que a pilotagem de metodologias de FFIs é um processo iterativo que envolve fases, métodos de refinação e reprodução. Actualmente não há dados sobre o indicador SGD 16.4.1 e é necessário muito trabalho para continuar este trabalho antes do processo de revisão do indicador em 2025. Estatísticas oficiais, robustas, e de alta qualidade são importantes para informar políticas baseadas em provas para acabar com os FFIs. As formações mostraram que não são apenas estatísticas de FFIs com lacunas de capacidade, mas também noutras estatísticas nacionais básicas. Em termos de caminho a seguir, as estatísticas nacionais globais irão requerer apoio. O projecto estabelece um bom modelo para a continuação e seguir-se-á um processo de avaliação para que os países forneçam feedback para melhorar a implementação futura do projecto. Para um apoio contínuo, ele encerrou observando que os países têm um papel a desempenhar através de pedidos oficiais de apoio ao Secretário-Geral da UNCTAD.

**Diana Camerini, UNODC - Próximos passos da UNCTAD e UNODC, os depositários do indicador ODS 16.4.1**

A Sra. Camerini observou que o Indicador 16.4.1 do ODS é também importante para a elaboração de relatórios sobre os esforços contra os crimes organizados transnacionais, o tráfico de armas de fogo e de droga e a recuperação de bens roubados. Ela observou que a viagem para medir os FFIs percorreu um longo caminho para um conjunto de conceitos e orientações definidas que são agora globalmente aceites. O objectivo final da UNCTAD e do UNODC é produzir uma estatística fiável dos FFIs que será uma ferramenta sustentável para os países acompanharem os progressos do ODS 16.4.1 ao longo do tempo. Ela destacou o importante nexos entre as estatísticas e as políticas. Há vários benefícios das estatísticas/dados dos FFIs. As estatísticas desagregadas são necessárias para compreender os tipos de FFIs, tendências, vulnerabilidade do sector e acções políticas para recuperar os recursos perdidos. As estatísticas são importantes para avaliações de risco, informando os esforços anti-branqueamento de capitais e a atribuição eficaz de recursos anti-FFIs. A Sra. Camerini observou a necessidade de apoiar os países na medição da corrupção ligada aos FFIs e a Nigéria deu um passo em frente nesta matéria. Este projecto contribuiu para realizações notáveis para a avaliação comparativa de novos apoios - cerca de 22 países terão completado actividades-piloto em África, América Latina e Ásia até ao final de 2022. O projecto permitiu racionalizar o intercâmbio de dados entre instituições, reforçar as capacidades estatísticas nos países, e encorajar a cooperação transfronteiriça, entre outros. Estas justificam a necessidade da continuação do projecto e o reforço dos resultados alcançados.

**Sr. Djamel Ghrib, Director de Desenvolvimento Económico e Comércio, AUC**

Da perspectiva da CUA, o Sr. Ghrib acrescentou às observações sobre o caminho a seguir. Sublinhou a importância da cooperação com a CEA baseada na complementaridade para evitar a duplicação de esforços. Ghrib expressou o empenho da CUA em trabalhar com a CEA na próxima fase de estimativas. Sobre esta nota, a CUA procurará construir realizações nos países pioneiros, mas continuará a empenhar-se com a CEA para identificar outros países. Ele apelou ao acordo e harmonização das metodologias para todos os países, o que é importante para produzir estatísticas

padronizadas e para a adesão à União Africana. Prosseguindo, a CUA envolver-se-á estreitamente com a CEA para acordar uma metodologia coerente e acordada que possa ser uniformemente aplicada por todos os países. Salientou a necessidade de uma abordagem unificada para reunir recursos no sentido de uma agenda comum e para evitar a duplicação de esforços em actividades regionais chave. Ghrib terminou apelando a uma só voz, valores partilhados e mensagens aos estados membros de todas as partes interessadas e parceiros de desenvolvimento.

### Discussão

- Os participantes apelaram a uma colaboração contínua entre países, instituições e peritos, mesmo para além do projecto, e recomendaram a necessidade de alavancar o apoio do Gabinete de Coordenação do Desenvolvimento Regional das Nações Unidas.
- É necessário evitar a duplicação de esforços, mas trabalhar no sentido de criar sinergias, há esforços regionais semelhantes em curso que precisam de ser consolidados.
- A abordagem de agregação de estimativas de diferentes FFIs foi levantada dado que alguns países aplicaram métodos diferentes. Em resposta, foi observado que a UNCTAD e o UNODC estarão a trabalhar no sentido de refinar e agregar.
- As metodologias devem considerar a disponibilidade dos dados, a comparabilidade dos dados, a linha de base, bem como a fonte dos dados. A agregação deve ser feita de forma uniforme para permitir a sua utilização e aplicação por todos os países. É igualmente importante determinar a utilização final das estatísticas e a adesão dos intervenientes.

### Observações de Encerramento

A conferência foi encerrada pelo Sr. Adam Elhiraika. Ele observou que a luta contra aos FFIs está a ganhar ímpeto em África, a participação dos 12 países é uma prova clara do seu empenho na cooperação ECA-UC. Ele aconselhou que a forma mais sustentável de produzir estimativas de FFIs é os países darem prioridade a este trabalho. O Sr. Elhiraika salientou que abordar aos FFIs é a principal responsabilidade de África. Prosseguindo, observou a necessidade de trabalhar colectivamente com os estados membros sob a liderança da Comissão da União Africana para produzir dados fiáveis para os decisores políticos e mais esforços na devolução dos recursos perdidos. Manifestou o seu apreço ao Embaixador Adjunto da Namíbia na Etiópia Sr. Rodney Sikopo pela sua participação na conferência. Agradeceu ainda ao Sr. Djamel Ghrib pelo seu empenho e liderança. Em nome da ECA, agradeceu aos representantes de todas as instituições do país, aos consultores nacionais e à equipa organizadora da ECA-UNCTAD para a conferência produtiva.

### Anexos

- i. **Agenda**
- ii. **Lista de Participantes**

#### i. **Agenda**

##### **Conferência de encerramento das actividades-piloto para a medição Fluxos financeiros ilícitos (FFIs) em África**

**Data** Quarta-feira 15 a sexta-feira 17 de Junho de 2022  
**Local** Presencial: UNECA, Adis Abeba, Etiópia

Online: Registe-se com antecedência para este seminário web em  
[https://us06web.zoom.us/webinar/register/WN\\_21QsbmpPSeeiyHDE059Gmg](https://us06web.zoom.us/webinar/register/WN_21QsbmpPSeeiyHDE059Gmg)

GMT	06 :00 – 14:00 ( <i>Acra, Dakar, Ouagadougou</i> )
GMT+1 / WAT	07 :00 – 15:00 ( <i>Abuja, Cotonou, Libreville, Luanda, Yaoundé</i> )
SAT / CET	08:00 – 16:00 ( <i>Genebra, Joanesburgo, Maputo, Viena, Windhoek</i> )
EAT	09:00 – 17:00 ( <i>Adis Abeba</i> )

**Idioma** O encontro será realizado em inglês.  
Interpretação disponível:  
Inglês <> Francês  
Inglês <> Português

### 1º DIA - 15 DE JUNHO (EAT)

**Presidente da sessão** *Oliver Chinganya, Director, Centro Africano de Estatística, ECA*

#### Comentários de boas-vindas e Agenda

09:00 – 09:30 **Observações de abertura**  
Adam Elhiraika, Director, Divisão de Macroeconomia e Governação, ECA  
Anu Peltola, Director Interino, Departamento de Estatística, UNCTAD

**Presidente da Sessão** *Gamal Ibrahim, ECA*

#### 1ª Sessão

09:30 – 10:30 **Projecto de Conta de Desenvolvimento da ONU sobre FFIs em África**

- Ronda de apresentações pelos participantes  
*Angola, Benim, Burkina Faso, Gabão, Gana, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Zâmbia, outros*
- Visão geral das actividades do projecto  
*Amandine Rushenguzimene, UNCTAD & Douglas Kigabo Bitonda, ECA*

10:30 – 11:00 **INTERVALO**

**Presidente da Sessão** *Douglas Kigabo, ECA*

#### 2ª Sessão

11:00 – 12:30 **Ronda I: Apresentações de países pioneiros (processo, resultados do progresso, lições aprendidas, próximos passos) & Perguntas e Respostas**  
*Burkina Faso, Gabão*

12:30 – 14:00 **ALMOÇO**

**Presidente da Sessão** *Susan Karungi, ECA*

#### 3ª Sessão

14:00 – 15:30 **Ronda II: Apresentações de países pioneiros (processo, resultados do progresso, lições aprendidas, próximos passos) & Perguntas e Respostas**  
*Namíbia, Gana*

15:30 – 16:00 **INTERVALO**

**Presidente da Sessão** *Kathy Nicolaou-Manias, ECA*

#### 4ª Sessão

16:00 – 17:30 **Ronda III: Apresentações de países pioneiros (processo, resultados do progresso, lições aprendidas, próximos passos) & Perguntas e Respostas**  
*África do Sul, Egipto*

**17:30 FIM DO 1º DIA**

**2º DIA – 16 DE JUNHO (EAT)**

*Presidente da Sessão Amandine Rushenguziminega, UNCTAD*

**5ª Sessão**

09:00 – 10:30 **IV Ronda: Apresentações de países pioneiros (processo, resultados do progresso, lições aprendidas, próximos passos) & Perguntas e Respostas**  
Benim, Senegal

10:30 – 11:00 **INTERVALO**

*Presidente da Sessão Bojan Nastav, UNCTAD*

**Sessão 6**

11:00 – 12:30 **Ronda V: Apresentações de países pioneiros (processo, resultados do progresso, lições aprendidas, próximos passos) & Perguntas e Respostas**  
Nigéria, Zâmbia

12:30 – 14:00 **ALMOÇO**

*Presidente da Sessão Douglas Kigabo Bitonda, ECA*

**Sessão 7**

14:00 – 15:30 **VI Ronda: Apresentações de países pioneiros (processo, resultados do progresso, lições aprendidas, próximos passos) & Perguntas e Respostas**  
Angola, Moçambique

15:30 – 16:00 **INTERVALO**

*Presidente da Sessão Allan Mukungu, ECA*

**Sessão 8**

16:00 – 17:00 **Projecto de Conta de Desenvolvimento da ONU sobre FFIs em África (lições aprendidas, próximos passos)**  
Gamal Ibrahim, ECA & Anu Peltola, UNCTAD

**Intervenções e apoio do Coordenador Residente da ONU**

Sr. Nonso Obikili, Economista e Coordenador de Desenvolvimento, RCO Nigéria

Sra. Eunice Ajambo, Economista e Coordenador de Desenvolvimento, RCO Namíbia

**17:00 FIM DO 2 DIA**

**18:00 COCKTAIL**

**3º DIA – 17 JUNHO (EAT)**

**Presidente da Sessão** Kathy Nicolaou-Manias, ECA

**Sessão 9**

- 09:00 – 10:30 **Fluxos financeiros ilícitos em África - fundamentos comuns, experiência, desafios, planos**
- Djamel Ghrib, Director dos Assuntos Económicos, CUA
  - Adam Elhiraika, Director da Divisão de Macroeconomia e Governação, ECA
  - Mojanku Gumbi, Membro do Comité Técnico de Apoio ao Painel de Alto Nível da UA sobre FFIs de África
  - Evelynne Change, Director de Administração, Banco de Desenvolvimento Africano (BAD)
  - Mary Baine, Secretário Executivo Adjunto, Africa Tax Administration Forum (ATAF)
  - Chenai Mukumba, Gestor de Investigação Política e Advocacia, Tax Justice Network Africa (TJNA)

10:30 – 11:00 **INTERVALO**

**Presidente da Sessão** Djamel Ghrib, Director dos Assuntos Económicos, AUC

**Sessão 10**

- 11:00 – 12:30 **Painel de encerramento: medição e ação política sobre FFIs - próximos passos**
- Planos e apoio da CUA para combater os FFIs em África  
Ndinaye Sekwi Charumbira, CUA
  - Planos e apoio da ECA/Intervenções para combater as FFIs em África  
Gamal Ibrahim, ECA
  - UNCTAD e UNODC – guardiões do indicador ODS 16.4.1  
Bojan Nastav, UNCTAD & Diana Camerini, UNODC

12:30 – 14:00 **ALMOÇO**

14:00 **ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA**

## ii. Lista de Participantes

No.	Apelido	Nome	Género	Organização	País	Modo de presença
1.	Van-Dúnem	Jacira	F	Unidade de Informação Financeira	Angola	
2.	Francisco	Adão	M	Consultor Nacional	Angola	on-line
3.	Candido	Nelson	M	Instituto Nacional de Estatística	Angola	on-line
4.	Agbessadji	Symphorien	M	Consultor Nacional	Benim	
5.	Thales	Kiki	M	Instituto Nacional de Estatística	Benim	
6.	Kane	Elimane	M	Consultor Nacional	Burkina Faso	
7.	Ramde	Francois	M	Instituto Nacional de Estatística	Burkina Faso	
8.	Touka	Jules	M	Consultor Nacional	Gabão	
9.	Laban	Theodora	M	Instituto Nacional de Estatística	Gabão	
10.	Akologo	Bishop	M	Consultor Nacional	Gana	
11.	Afram Edward	Asuo	M	Instituto Nacional de Estatística	Gana	
12.	Dade	Saide	M	Consultor Nacional	Moçambique	on-line
13.	Dava	Ana Paula	F	Instituto Nacional de Estatística	Moçambique	
14.	Sikopo	Rodney	M	Vice-Embaixador da Namíbia na Etiópia	Etiópia	
15.	Kapenda	Penelao N.	F	Banco da Namíbia	Namíbia	
16.	Odada	Lameck	M	Consultor Nacional	Namíbia	
17.	Sheehama	Paulinus	M	Ministério de Minas e Energia	Namíbia	
18.	Xarages	Kevi	F	Agência Fiscal da Namíbia	Namíbia	
19.	Ajambo	Eunice	F	Gabinete do Coordenador Residente da ONU	Namíbia	
20.	Ibrahim	Anne	F	Instituto Nacional de Estatística	Nigéria	
21.	Obikili	Nonso	M	Gabinete do Coordenador Residente da ONU	Nigéria	
22.	Fowowe	Babajide	M	Consultor Nacional	Nigéria	on-line
23.	Okpene	Godwin	F	Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas da Nigéria	Nigéria	
24.	Sy	Amaye	M	Consultor Nacional	Senegal	
25.	Diop	Malick	M	Instituto Nacional de Estatística	Senegal	
26.	Sonja	du Toit	F	Centro de Informação Financeira	África do Sul	
27.	Van Niekerk	Frans	M	Serviço de Receitas Sul-Africano	África do Sul	on-line
28.	Sabu	Julio	M	Serviço de Receitas Sul-Africano	África do Sul	on-line
29.	Stemmer	Michael	M	OECD	África do Sul	on-line
30.	Nalishebo	Shebo	M	Consultor Nacional	Zâmbia	
31.	Tembo	Joseph	M	Instituto Nacional de Estatística	Zâmbia	
32.	Habib	Lauraine	F	Ministério de Finanças	Egipto	
33.	Saad	Mohamed	M	Autoridade Aduaneira	Egipto	
34.	Mukumba	Chenai	F	Gestor de Investigação de Políticas e Advocacia, TJNA	Quénia	on-line

35.	Ghrib	Djamel	M	Director, Comissão da União Africana (CUA)	Etiópia	on-line
36.	Ndzana	Patrick	M	CUA	Etiópia	on-line
37.	Charumbira	Ndinaye Sekwi	F	CUA	Etiópia	on-line
38.	Baine	Mary	F	Vice SE do Fórum de Administração Fiscal de África (ATAF)	África do Sul	on-line
39.	Change	Evelynne	F	Directora de Governação, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	Costa de Marfim	on-line
40.	Gumbi	Mojanku	F	Comité, Painel de Alto Nível de FFIs	África do Sul	on-line
41.	Elhiraika	Adam	M	UNECA	Etiópia	
42.	Chinganya	Oliver	M	Centro Africano de Estatística, UNECA	Etiópia	on-line
43.	Ibrahim	Gamal	M	UNECA	Etiópia	
44.	Peltola	Anu	F	UNCTAD	Suíça	on-line
45.	Mukungu	Allan	M	UNECA	Etiópia	
46.	Nastav	Bojan	M	UNCTAD	Suíça	
47.	Rushenguziminega	Amandine	F	UNCTAD	Suíça	
48.	Chernova	Ekaterina	F	UNCTAD	Suíça	
49.	Shamim	Farzana	F	UNECA	Etiópia	on-line
50.	Nikolaou	Katerina	F	UNECA	Etiópia	
51.	Kigabo	Douglas	M	UNECA	Etiópia	
52.	Atta-Mensah	Joseph	M	UNECA	Etiópia	
53.	Karungi	Susan	F	UNECA	Etiópia	
54.	Camerini	Diana	F	UNODC	Áustria	
55.	Ameso	Judith	F	UNCTAD	Etiópia	
56.	Kelkele	Yimer Masresha	M	UNECA	Etiópia	
57.	Apio	Helen	F	UNECA	Etiópia	
58.	Hu	Chaoyi	F	UNECA	Etiópia	
59.	Kumala	Citra	F	UNECA	Etiópia	
60.	Shuster	Carlotta	F	UNCTAD	Suíça	on-line
61.	Palanský	Miroslav	M	Charles University, TJN	Checa	on-line
62.	Segobai	Bathusi	F	Charles University	Checa	on-line
63.	Camara	Yahya	M	BAD	Costa de Marfim	on-line
64.	Vedomey	Seraphine	F	Programa Mundial de Alimentação	Gana	on-line
65.	Nyasulu	Alick	M	UN ESCAP	Tailândia	on-line
66.	Essuman	Nana Kow	M	Ministério de Finanças	Gana	on-line
67.	Mukasiri	Sibanda	M	TJNA- Stop the Bleeding Campaign	Zimbabwe	on-line
68.	Oduro-Debrah	Aaron	M	UNCTAD	Alemanha	on-line
69.	Dawodu	Sulayman	M	Secretaria da Justiça Penal	Nigéria	on-line
70.	Ismail	Raheema	F	SARS	África do Sul	on-line
71.	George	Monica	F	Ministério de Finanças	Egipto	on-line
72.	Dlamini	Themba	M		África do Sul	on-line
73.	Zulu	Ishmael	M	TJNA	Zâmbia	on-line

74.	Senu	Sylvia	M	PNUD	Gana	on-line
-----	------	--------	---	------	------	---------